



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 634, DE 1999

(Do Sr. Betinho Rosado e outros)

Altera a alínea "b" do inciso X do § 2º do art. 155 da Constituição Federal.

(APENSE-SE A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 234, DE 1995)

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Artigo único. A alínea "b" do inciso X do § 2º do art. 155 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 155.

§ 2º

X -

b) sobre operações que destinem energia elétrica a outros Estados;"

JUSTIFICAÇÃO

Nesse período, de exatamente nove anos, de vigência do sistema tributário implantado pela Constituição de 1988, o Estado do Rio Grande do Norte vem sofrendo profunda perda em sua receita em decorrência da imunidade concedida às operações interestaduais com petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados. Segundo cálculos efetuados em 1994, por técnicos das Secretarias da Fazenda do Rio de Janeiro e do Paraná, a perda do Estado do Rio Grande do Norte representa, aproximadamente, 11,4% da receita total do ICMS estadual.

O que deixa de entrar nos cofres do Tesouro potiguar não alivia o bolso dos consumidores; o imposto será totalmente cobrado pelo Estado consumidor, sem o crédito relativo à operação interestadual não tributada. Ora, não é lógico nem correto que os Estados produtores de petróleo, lubrificantes e combustíveis devam transferir receitas para os demais, muitos até em melhor situação financeira. É interessante notar que a medida é discricionária, pois não atinge, por exemplo, o álcool hidratado, combustível também utilizado pelos veículos automotores.

Já que nenhum argumento, até agora, foi produzido para justificar a exceção que tanto mal faz à gente potiguar, é necessário revogá-la, tornando, assim, mais justa as relações entre os membros da Federação. A proposta de emenda constitucional aqui apresentada tem justamente esse objetivo.

Tendo em vista a importância da matéria esperamos contar para sua aprovação com o integral apoio de nossos ilustres Pares.

Sala das Sessões, em 30 de 06 de 1998.



Deputado BETINHO ROSADO

12/04/99

CÂMARA DOS DEPUTADOS

SGM - SECAP (7503)

Conferência de Assinaturas

13/01/99 17:54:45

Página: 001

Tipo da Proposição: PEC

Autor da Proposição: BETINHO ROSADO E OUTROS

Data de Apresentação: 12/01/99

Ementa: Altera a alínea "b" do inciso X do § 2º do artigo 155 da Constituição Federal.

Possui Assinaturas Suficientes: SIM

Totais de Assinaturas:

Confirmadas	174
Não Conferem	009
Licenciados	003
Repetidas	043
Ilegíveis	000

Assinaturas Confirmadas

1	ADÃO PRETTO	PT	RS
2	ADELSON RIBEIRO	PSDB	SE
3	ADELSON SALVADOR	PMDB	ES
4	ADHEMAR DE BARROS FILHO	PPB	SP
5	ADROALDO STRECK	PSDB	RS
6	AIRTON DIPP	PDT	RS
7	ALBERTO SILVA	PMDB	PI
8	ALCESTE ALMEIDA	PMDB	RR
9	ALZIRA ÉWERTON	PSDB	AM
10	ANTÔNIO DO VALLE	PMDB	MG
11	ANTONIO FEIJÃO	PSDB	AP
12	ARIOSTO HOLANDA	PSDB	CE
13	ARMANDO ABÍLIO	PMDB	PB
14	ARMANDO COSTA	PMDB	MG
15	ARNON BEZERRA	PSDB	CE
16	AROLDE DE OLIVEIRA	PFL	RJ
17	AROLDI CEDRAZ	PFL	BA
18	ASDRÚBAL BENTES	PMDB	PA
19	AYRES DA CUNHA	PFL	SP
20	AYRTON XEREZ	PSDB	RJ
21	B. SÁ	PSDB	PI

22	BETINHO ROSADO\	PFL	RN
23	BONIFÁCIO DE ANDRADA	PSDB	MG
24	CARLOS ALBERTO CAMPISTA	PFL	RJ
25	CARLOS MAGNO	PFL	SE
26	CARLOS SANTANA	PT	RJ
27	CECI CUNHA	PSDB	AL
28	CHICÃO BRÍGIDO	PMDB	AC
29	COLBERT MARTINS	PPS	BA
30	CONFÚCIO MOURA	PMDB	RO
31	CORAUCI SOBRINHO	PFL	SP
32	COSTA FERREIRA	PFL	MA
33	DANILO DE CASTRO	PSDB	MG
34	DARCI COELHO	PFL	TO
35	DARCÍSIO PERONDI	PMDB	RS
36	DAVI ALVES SILVA	PPB	MA
37	DE VELASCO	PRONA	SP
38	DÉRCIO KNOP	PDT	SC
39	DILSO SPERAFICO	PSDB	MS
40	DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR	PMDB	PR
41	DOLORES NUNES	PFL	TO
42	DUILIO PISANESCHI	PTB	SP
43	EDSON SILVA	PSDB	CE
44	EDUARDO BARBOSA	PSDB	MG
45	EDUARDO JORGE	PT	SP
46	EFRAIM MORAIS	PFL	PB
47	ELIAS MURAD	PSDB	MG
48	ELISEU MOURA	PL	MA
49	ELISEU RESENDE	PFL	MG
50	ENIO BACCI	PDT	RS
51	ENIVALDO RIBEIRO	PPB	PB
52	ERALDO TRINDADE	PPB	AP
53	ETEVALDA GRASSI DE MENEZES	PMDB	ES
54	EULER RIBEIRO	PFL	AM
55	EURÍPEDES MIRANDA	PDT	RO
56	FERNANDO DINIZ	PMDB	MG
57	FERNANDO FERRO	PT	PE
58	FERNANDO GABEIRA	PV	RJ
59	FERNANDO RIBAS CARLI	PPB	PR
60	FRANCISCO RODRIGUES	PTB	RR
61	FRANCISCO SILVA	PPB	RJ
62	GASTÃO VIEIRA	PMDB	MA
63	GERALDO PASTANA	PT	PA
64	GERSON PERES	PPB	PA
65	GIOVANNI QUEIROZ	PDT	PA
66	GONZAGA MOTA	PMDB	CE
67	GONZAGA PATRIOTA	PSB	PE

68	HAROLDO LIMA	PC DO B	BA
69	HERCULANO ANGHINETTI	PPB	MG
70	HILÁRIO COIMBRA	PSDB	PA
71	HUGO RODRIGUES DA CUNHA	PFL	MG
72	IBERÊ FERREIRA	PPB	RN
73	IBRAHIM ABI-ACKEL	PPB	MG
74	ISRAEL PINHEIRO	PTB	MG
75	ITAMAR SERPA	PSDB	RJ
76	JAIME MARTINS	PFL	MG
77	JAIR BOLSONARO	PPB	RJ
78	JAIR MENEGUELLI	PT	SP
79	JOÃO COLAÇO	PSB	PE
80	JOÃO COSER	PT	ES
81	JOÃO FASSARELLA	PT	MG
82	JOÃO HENRIQUE	PMDB	PI
83	JOÃO MENDES	PPB	RJ
84	JOÃO PAULO	PT	SP
85	JOÃO PIZZOLATTI	PPB	SC
86	JOÃO RIBEIRO	PFL	TO
87	JOSÉ CARLOS VIEIRA	PFL	SC
88	JOSÉ COIMBRA	PTB	SP
89	JOSÉ LINHARES	PPB	CE
90	JOSÉ LOURENÇO	PFL	BA
91	JOSÉ LUIZ CLEROT	PMDB	PB
92	JOSÉ MACHADO	PT	SP
93	JOSÉ MÚCIO MONTEIRO	PFL	PE
94	JOSÉ PRIANTE	PMDB	PA
95	KOYU IHA	PSDB	SP
96	LAIRE ROSADO	PMDB	RN
97	LAPROVITA VIEIRA	PPB	RJ
98	LAURA CARNEIRO	PFL	RJ
99	LEÔNIDAS CRISTINO	PPS	CE
100	LEOPOLDO BESSONE	PTB	MG
101	LIMA NETTO	PFL	RJ
102	LUCIANO ZICA	PT	SP
103	LUIZ ALBERTO	PT	BA
104	LUIZ BUAIZ	PL	ES
105	LUIZ DURÃO	PFL	ES
106	LUIZ MAINARDI	PT	RS
107	MAGNO BACELAR	PFL	MA
108	MALULY NETTO	PFL	SP
109	MÁRCIA MARINHO	PSDB	MA
110	MARCOS LIMA	PMDB	MG
111	MARIA VALADÃO	PTB	GO
112	MARIO ASSAD JUNIOR	PFL	MG
113	MÁRIO DE OLIVEIRA	PPB	MG

114	MARQUINHO CHEDID	PSD	SP
115	MAURÍCIO NAJAR	PFL	SP
116	MAURÍCIO REQUÍÃO	PMDB	PR
117	MENDONÇA FILHO	PFL	PE
118	MOISÉS BENNESBY	PSDB	RO
119	MURILO DOMINGOS	PTB	MT
120	MURILO PINHEIRO	PFL	AP
121	MUSSA DEMES	PFL	PI
122	NEDSON MICHELETI	PT	PR
123	NEIF JABUR	PMDB	MG
124	NELSON MARCHEZAN	PSDB	RS
125	NELSON MARQUEZELLI	PTB	SP
126	NELSON MEURER	PPB	PR
127	NELSON PROENÇA	PMDB	RS
128	NILMÁRIO MIRANDA	PT	MG
129	NILTON CERQUEIRA	PSDB	RJ
130	NOEL DE OLIVEIRA	PMDB	RJ
131	ODACIR KLEIN	PMDB	RS
132	OSVALDO REIS	PPB	TO
133	PADRE ROQUE	PT	PR
134	PAES LANDIM	PFL	PI
135	PAULO BERNARDO	PT	PR
136	PAULO PAIM	PT	RS
137	PAULO ROCHA	PT	PA
138	PEDRINHO ABRÃO	PTB	GO
139	PEDRO CANEDO	PL	GO
140	PEDRO NOVAIS	PMDB	MA
141	PEDRO WILSON	PT	GO
142	PHILEMON RODRIGUES	PTB	MG
143	RAUL BELÉM	PFL	MG
144	REGINA LINO	PMDB	AC
145	RENAN KURTZ	PDT	RS
146	RICARDO BARROS	PPB	PR
147	RICARDO GOMYDE	PC DO B	PR
148	RICARDO RIQUE	PMDB	PB
149	ROBERTO FONTES	PFL	PE
150	ROBERTO JEFFERSON	PTB	RJ
151	ROBERTO PAULINO	PMDB	PB
152	ROGÉRIO SILVA	PFL	MT
153	ROMEL ANÍZIO	PPB	MG
154	RUBEM MEDINA	PFL	RJ
155	RUBENS COSAC	PMDB	GO
156	SALATIEL CARVALHO	PPB	PE
157	SALOMÃO CRUZ	PSDB	RR
158	SARAIVA FELIPE	PMDB	MG
159	SERAFIM VENZON	PDT	SC

160	SÉRGIO BARCELLOS	PFL	AP
161	SÉRGIO CARNEIRO	PDT	BA
162	SEVERIANO ALVES	PDT	BA
163	SEVERINO CAVALCANTI	PPB	PE
164	SILAS BRASILEIRO	PMDB	MG
165	SILVERNANI SANTOS	PFL	RO
166	SÍLVIO PESSOA	PMDB	PE
167	SIMARA ELLERY	PMDB	BA
168	TELMA DE SOUZA	PT	SP
169	USHITARO KAMIA	PPB	SP
170	VILMAR ROCHA	PFL	GO
171	WAGNER DO NASCIMENTO	PPB	MG
172	WERNER WANDERER	PFL	PR
173	WILSON BRAGA	PSDB	PB
174	WILSON CIGNACHI	PMDB	RS

Assinaturas que Não Conferem

1	BOSCO FRANÇA	S. PART.	SE
2	CARLOS MENDES	PMDB	GO
3	GENÉSIO BERNARDINO	PMDB	MG
4	JOÃO ALMEIDA	PSDB	BA
5	LAMARTINE POSELLA	PPB	SP
6	MÁRIO MARTINS	PMDB	PA
7	TALVANE ALBUQUERQUE	PFL	AL
8	VALDECI OLIVEIRA	PT	RS
9	WALDIR DIAS	PPB	PI

Assinaturas de Deputados(as) Licenciados(as)

1	ASSIS CANUTO	PDT	RO
2	CÂNDIDO MENDES	PSDB	RJ
3	OSVALDO BIOLCHI	PTB	RS

Assinaturas Repetidas

1	ADÃO PRETTO	PT	RS
2	ADELSON SALVADOR	PMDB	ES
3	ALCESTE ALMEIDA	PMDB	RR
4	ANTÔNIO DO VALLE	PMDB	MG
5	ARIOSTO HOLANDA	PSDB	CE
6	ARNON BEZERRA	PSDB	CE
7	AYRES DA CUNHA	PFL	SP
8	B. SÁ	PSDB	PI
9	CARLOS MENDES	PMDB	GO
10	CHICÃO BRÍGIDO	PMDB	AC
11	DAVI ALVES SILVA	PPB	MA
12	DE VELASCO	PRONA	SP
13	DILSO SPERAFICO	PSDB	MS
14	DOLORES NUNES	PFL	TO
15	ELIAS MURAD	PSDB	MG
16	ENIVALDO RIBEIRO	PPB	PB
17	ERALDO TRINDADE	PPB	AP
18	EULER RIBEIRO	PFL	AM
19	FRANCISCO RODRIGUES	PTB	RR
20	FRANCISCO RODRIGUES	PTB	RR
21	GONZAGA MOTA	PMDB	CE
22	JAIR BOLSONARO	PPB	RJ
23	JAIR BOLSONARO	PPB	RJ
24	JOÃO HENRIQUE	PMDB	PI
25	JOÃO PIZZOLATTI	PPB	SC
26	JOÃO RIBEIRO	PFL	TO
27	JOSÉ LUIZ CLEROT	PMDB	PB
28	LAIRE ROSADO	PMDB	RN
29	LAIRE ROSADO	PMDB	RN
30	LAPROVITA VIEIRA	PPB	RJ
31	LAURA CARNEIRO	PFL	RJ
32	LUCIANO ZICA	PT	SP
33	MÁRCIA MARINHO	PSDB	MA
34	MARIA VALADÃO	PTB	GO
35	MÁRIO DE OLIVEIRA	PPB	MG
36	MAURÍCIO NAJAR	PFL	SP
37	ODACIR KLEIN	PMDB	RS
38	OSVALDO BIOLCHI	PTB	RS
39	PAES LANDIM	PFL	PI
40	RICARDO RIQUE	PMDB	PB
41	ROBERTO PAULINO	PMDB	PB
42	SERAFIM VENZON	PDT	SC
43	WILSON CIGNACHI	PMDB	RS

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Seção de Registro e Controle e de Análise de Proposição

Ofício nº 48 /99

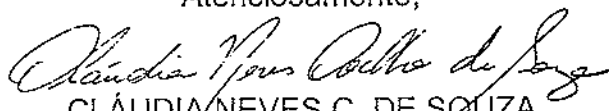
Brasília , 13 de janeiro de 1999

Senhor Secretário-Geral,

Comunico a Vossa Senhoria que a Proposta de Emenda à Constituição do Senhor Betinho Rosado e outros, que "Altera a alínea "b" do inciso X do § 2º do art. 155 da Constituição Federal", contém número suficiente de signatários, constando a referida proposição de:

174 assinaturas válidas;
003 assinaturas de Deputados licenciados
009 assinaturas que não conferem;
043 assinaturas repetidas.

Atenciosamente,


CLÁUDIA NEVES C. DE SOUZA
Chefe

A Sua Senhoria o Senhor
Dr. MOZART VIANNA DE PAIVA
Secretário-Geral da Mesa
N E S T A

“LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS – CeDI”

CONSTITUIÇÃO

DA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

1988

TÍTULO IV

Da Organização dos Poderes

CAPÍTULO I

Do Poder Legislativo

SEÇÃO VIII

Do Processo Legislativo

SUBSEÇÃO II

Da Emenda à Constituição

Art. 60 - A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I - de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

II - do Presidente da República;

III - de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

§ 1º A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

§ 2º A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

§ 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

- I - a forma federativa de Estado;
- II - o voto direto, secreto, universal e periódico;
- III - a separação dos Poderes;
- IV - os direitos e garantias individuais.

§ 5º A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

.....

TÍTULO VI Da Tributação e do Orçamento

CAPÍTULO I Do Sistema Tributário Nacional

.....

SEÇÃO IV Dos Impostos dos Estados e do Distrito Federal

Art. 155 - Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

I - transmissão "causa mortis" e doação, de quaisquer bens ou direitos;

II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;

III - propriedade de veículos automotores.

** Art. 155 com redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 17/03/1993.*

§ 1º O imposto previsto no inciso I:

** § 1º, "caput", com redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 17/03/1993.*

I - relativamente a bens imóveis e respectivos direitos, compete ao Estado da situação do bem, ou ao Distrito Federal;

II - relativamente a bens móveis, títulos e créditos, compete ao Estado onde se processar o inventário ou arrolamento, ou tiver domicílio o doador, ou ao Distrito Federal;

III - terá a competência para sua instituição regulada por lei complementar:

a) se o doador tiver domicílio ou residência no exterior;

b) se o "de cujus" possuía bens, era residente ou domiciliado ou teve o seu inventário processado no exterior;

IV - terá suas alíquotas máximas fixadas pelo Senado Federal.

§ 2º O imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte:

* § 2º, "caput", com redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 17/03/1993.

I - será não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou outro Estado ou pelo Distrito Federal;

II - a isenção ou não-incidência, salvo determinação em contrário da legislação:

a) não implicará crédito para compensação com o montante devido nas operações ou prestações seguintes;

b) acarretará a anulação do crédito relativo às operações anteriores;

III - poderá ser seletivo, em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços;

IV - resolução do Senado Federal, de iniciativa do Presidente da República ou de um terço dos Senadores, aprovada pela maioria absoluta de seus membros, estabelecerá as alíquotas aplicáveis às operações e prestações, interestaduais e de exportação;

V - é facultado ao Senado Federal:

a) estabelecer alíquotas mínimas nas operações internas, mediante resolução de iniciativa de um terço e aprovada pela maioria absoluta de seus membros;

b) fixar alíquotas máximas nas mesmas operações para resolver conflito específico que envolva interesse de Estados, mediante resolução de iniciativa da maioria absoluta e aprovada por dois terços de seus membros;

VI - salvo deliberação em contrário dos Estados e do Distrito Federal, nos termos do disposto no inciso XII, "g", as alíquotas internas, nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, não poderão ser inferiores às previstas para as operações interestaduais;

VII - em relação às operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final localizado em outro Estado, adotar-se-á:

a) a alíquota interestadual, quando o destinatário for contribuinte do imposto;

b) a alíquota interna, quando o destinatário não for contribuinte dele;

VIII - na hipótese da alínea "a" do inciso anterior, caberá ao Estado da localização do destinatário o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual;

IX - incidirá também:

a) sobre a entrada de mercadoria importada do exterior, ainda quando se tratar de bem destinado a consumo ou ativo fixo do estabelecimento, assim como sobre serviço prestado no exterior, cabendo o imposto ao Estado onde estiver situado o estabelecimento destinatário da mercadoria ou do serviço;

b) sobre o valor total da operação, quando mercadorias forem fornecidas com serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios;

X - não incidirá:

a) sobre operações que destinem ao exterior produtos industrializados, excluídos os semi-elaborados definidos em lei complementar;

b) sobre operações que destinem a outros Estados petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e energia elétrica;

c) sobre o ouro, nas hipóteses definidas no art.153, § 5º;

XI - não compreenderá, em sua base de cálculo, o montante do imposto sobre produtos industrializados, quando a operação, realizada entre contribuintes e relativa a produto destinado à industrialização ou à comercialização, configure fato gerador dos dois impostos;

XII - cabe à lei complementar:

- a) definir seus contribuintes;
- b) dispor sobre substituição tributária;
- c) disciplinar o regime de compensação do imposto;
- d) fixar, para efeito de sua cobrança e definição do estabelecimento responsável, o local das operações relativas à circulação de mercadorias e das prestações de serviços;
- e) excluir da incidência do imposto, nas exportações para o exterior, serviços e outros produtos além dos mencionados no inciso X, "a";
- f) prever casos de manutenção de crédito, relativamente à remessa para outro Estado e exportação para o exterior, de serviços e de mercadorias;
- g) regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.

§ 3º À exceção dos impostos de que tratam o inciso II do "caput" deste artigo e o art.153, I e II, nenhum outro tributo poderá incidir sobre operações relativas a energia elétrica, serviços de telecomunicações, derivados de petróleo, combustíveis e minerais do País.

* § 3º com redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 17.03.1993.

.....

.....